

A Segunda Internacional antes de 1914



Por **OSVALDO COGGIOLA***

Quando em 1914 teve início a guerra, os principais partidos filiados à Segunda Internacional apoiaram seus respectivos governos e seus esforços de guerra com argumentos nacionalistas

No final de 1914, já iniciada a Primeira Guerra Mundial, Vladimir I. Lênin caracterizou a falência política da “Segunda Internacional” (como era conhecida a Internacional Socialista, IS), qualificando-a de “social-patriota”, convocando os revolucionários a “transformar a guerra imperialista em guerra civil” através do “derrotismo revolucionário”, lutando pela derrota da burguesia em cada país na contenda inter-imperialista seria possível reconstituir a unidade internacional do proletariado, que se massacrava em função dos interesses de cada burguesia nas trincheiras da guerra.

A orientação dos dirigentes da IS, nos congressos dessa organização realizados a partir de 1907, havia sido a de que os trabalhadores tentassem ao máximo em seus países evitar a deflagração do conflito mundial. Caso isso não fosse possível, deveriam aproveitar a crise provocada pela guerra para precipitar a queda do capitalismo. Entretanto, quando em 1914 teve início a guerra, os principais partidos filiados à Segunda Internacional apoiaram seus respectivos governos e seus esforços de guerra com argumentos nacionalistas (a “União Sagrada” da nação), provocando o colapso da Internacional. Somente os partidos socialdemocratas russo, sérvio e húngaro, além de setores importantes do Partido Socialista Italiano – juntamente com pequenos grupos dentro de outros partidos socialistas (notadamente o alemão) – permaneceram fiéis aos princípios internacionalistas enaltecidos pela Internacional no passado.

Isso não chegou a constituir uma completa surpresa. As divisões ideológicas e políticas na Internacional Socialista remontavam à última década do século XIX, isto é, existiam praticamente desde sua fundação. A IS fora fundada em 1889, em congresso realizado em Paris, preparado largamente por Friedrich Engels, companheiro de ideias e lutas de Karl Marx, morto em 1883. Foi só depois da morte de Marx que se desenvolveu, na Europa e nos EUA, um movimento operário de massas: dezenove partidos operários e socialistas foram fundados no continente europeu entre 1880 e 1896, somados a importantes federações nacionais de sindicatos.^[1] Engels trabalhou ligado a essas organizações, tanto em seus estágios iniciais como quando elas começaram a se transformar em movimentos de massa. A Internacional Socialista se considerava sucessora e continuadora da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) fundada em 1864 em Londres, e dissolvida em 1872, após a derrota da Comuna de Paris.

A base política da Internacional Socialista tinha sido posta na AIT, no enfrentamento interno nessa organização entre partidários de Marx e de Bakunin, os “anarquistas”, opostos à organização política da classe operária, defendida pelos “marxistas” (denominação que Marx, inicialmente, rejeitou). Bakunin atribuiu a concepção marxista de revolução (por ele chamada de “socialismo alemão”) e a ideia de *ditadura do proletariado* a uma característica do temperamento do povo alemão (do qual Marx era parte), marcado pela “docilidade hereditária” e também pela “sede de domínio”. Foram os anarquistas os que, de modo pejorativo, criaram o termo “marxista”, depois assumido sem conotação negativa por uma fração dos socialistas franceses, e posteriormente popularizado. Em resolução de uma conferência internacional da AIT celebrada em setembro de 1871 se estabelecia que a classe operária só poderia atuar enquanto tal “organizando-se na forma de um partido político, diferente de todos os antigos partidos formados pelas classes possuidoras, e oposto a todos eles”. Tal posição vinha sendo defendida por Marx e Engels desde 1848 (a começar pelo *Manifesto Comunista*) e se opunha pelo vértice às posições de Bakunin e seus seguidores que “se opunham a qualquer espécie de partido político. A resolução

[da AIT] foi para eles uma violenta bofetada”.^[iii] Pouco tempo depois, no clima reacionário pós-derrota da Comuna parisiense, o chanceler prussiano (agora alemão) Otto von Bismarck fez passar uma lei que proibiu a propaganda e a atividade socialista, determinando um forte retrocesso do socialismo politicamente organizado no país (fenômeno que se estendeu a toda Europa).

Embora se reivindicasse continuadora da AIT (sendo chamada por isso de Segunda Internacional) a IS resultou também de mudanças nas condições políticas internacionais e de suas repercussões em cada país. Na Alemanha, depois da vitória da Prússia na guerra contra a França (1870), a criação de um Estado-Nação único, sob a forma de um Império federal, eliminou as bases para a existência separada, de um lado, da fração socialista pró-Prússia antigamente chefiada por Ferdinand Lassalle e, do outro, daquela mais próxima de Marx, liderada por August Bebel e Wilhelm Liebknecht. Em 1875, já morto Lassalle, a fusão de ambas as frações no SAPD (Partido Socialista dos Trabalhadores da Alemanha, o futuro SPD, partido socialdemocrata) se realizou em um congresso realizado em Gotha, que aprovou um programa duramente criticado por Karl Marx, devido a realizar, segundo ele, amplas concessões as ideias lassalleanas (embora a crítica de Marx concluísse de modo otimista, com a afirmação: “Mais vale um passo adiante do movimento real do que uma dúzia de programas”).^[iii] Em 1877, o SAPD obteve significativo caudal de votos nas eleições gerais, cacifando-se como principal oposição política a Bismarck, um fato que confirmou Marx e Engels na sua decisão de apoiar a criação do partido, em que pesem as restrições ao seu programa.

Noutro país do chamado “tripé europeu”, o berço histórico da revolução europeia, a França, a anistia de 1880 aos exilados e banidos da Comuna de 1871 permitiu a reorganização e o progresso político do socialismo: Marx se envolveu diretamente na discussão e redação do programa do POF (Partido Operário Francês) chefiado por Jules Guesde. Os partidos operários começavam a se transformar em fatores políticos significativos em alguns dos países mais importantes da Europa. As mudanças eram também geopolíticas, com o deslocamento do eixo econômico-industrial do continente em direção da Alemanha: o SPD (denominação do SAPD a partir de 1890) se transformou, em virtude disso, no “partido-guia” da nova Internacional Operária. Ainda assim, foi em Paris que, em 14 de julho de 1889 (no centésimo aniversário da Revolução Francesa) reuniu-se o Congresso Operário e Socialista Internacional, que contou com a participação de 300 delegados, representando vinte países; era o congresso internacional mais representativo e numeroso já realizado pelo movimento socialista. Estavam presentes, entre outros, August Bebel, Eduard Bernstein, Jules Guesde, Clara Zetkin, Charles Longuet (genro de Marx), Paul Lafargue, Giorgui Plekhánov, Pablo Iglesias, entre outros. Friedrich Engels, o principal expoente do movimento, não pode comparecer, por razões de saúde. Após ter garantido a participação de uma folgada maioria de delegados afinados com as teses marxistas no Congresso, dedicou-se a outra tarefa: preparar para publicação dos dois volumes de *O Capital* deixados inconclusos por Karl Marx. Entre as resoluções práticas do Congresso fundador da Internacional Socialista, estava o apoio à iniciativa da AFL, que pretendia realizar uma grande manifestação no 1º de maio de 1890, para lembrar o massacre repressivo dos operários de Chicago, o que consagrou a data como Dia Internacional dos Trabalhadores, adotando como programa fundamental a luta pelas oito horas.

Essa deveria ser uma grande manifestação internacional, com data fixa, de maneira que, em todos os países, e em todas as cidades, ao mesmo tempo, os trabalhadores se mobilizassem: foi decidido que os trabalhadores das diversas nações teriam que “realizar esta manifestação nas condições que lhes são impostas pela situação especial de cada país”. Nascia uma tradição mais que secular. Engels, impressionado com a gigantesca manifestação realizada pelos operários ingleses no 1º de maio de 1890, escreveu: “Até onde meus olhos viam um mar de cabeças, 250 mil ou 300 mil pessoas, das quais três quartas partes eram operários. Foi a assembleia mais gigantesca de todas as que alguma vez se realizaram aqui. O que eu não daria para que Marx tivesse vivido este despertar”. O primeiro ano de existência da nova Internacional testemunhou também a abolição da lei antissocialista na Alemanha, vigente durante quase uma década, e um grande êxito eleitoral da socialdemocracia alemã, que depois de doze anos de perseguição conseguiu quase um milhão e meio de votos nas eleições do Reich. Antes de sua morte, acontecida em 1895, Engels ainda pôde testemunhar as eleições alemãs de 1893, nas quais a socialdemocracia conquistou centenas de milhares de votos suplementares.

A socialdemocracia alemã parecia crescer com a progressão automática de uma lei natural. O governo imperial já não se atrevia, exceto por pequenas extorsões políticas, a proibir a atuação do partido dos trabalhadores. Engels afirmou que um regime social que permitia, dentro do âmbito da lei, a atividade de um movimento inimigo que trabalha para derrubá-lo, estava condenado a desaparecer. O socialismo internacional se consolidava, mas só em 1900 a Internacional se dotou de

órgãos dirigentes. Em alguns países, na Alemanha em primeiro lugar, já era considerada, com seus parlamentares, sindicatos, e toda uma rede de associações culturais, teatros, clubes esportivos, associações juvenis e infantis, uma “sociedade dentro da sociedade”, uma sociedade paralela que prefigurava, para muitos, a sociedade socialista do futuro. Falecido Engels em 1895, o principal teórico/ideólogo da socialdemocracia internacional passou a ser o marxista de língua alemã (mas de origem tcheca) Karl Kautsky, um dos executores testamentários da obra póstuma de Marx e Engels.

Radicalizando sua delimitação política, a Internacional Socialista excluiu os anarquistas, devido às divergências existentes em relação à ação política, pois para aqueles a Internacional não deveria participar de eleições, nem em qualquer cargo público/estatal, incluído o parlamento. No Congresso Socialista de Zurique, em 1893, foi aprovada uma resolução que excluiu da Internacional as organizações que não fossem partidárias da ação política visando à conquista do poder político pelo proletariado. No Congresso de Londres de 1896, por proposta de Wilhelm Liebknecht, os anarquistas foram excluídos da Internacional (na qual muitos deles não tinham ingressado). O contencioso entre marxismo e anarquismo (corrente que continuou organizado e se expandindo, em especial em países da Europa do Sul e nas Américas), reacendeu também o debate sobre a autonomia da classe operária e a gestão da produção numa sociedade emancipada do capital. Engels, no final da sua vida, em polémica contra os anarquistas italianos, no texto *Da Autoridade*, dissociara a propriedade coletiva dos meios de produção (axioma básico de um modo de produção socialista) da direção do processo de trabalho. Os operários deveriam ser os legítimos “donos” das fábricas, mas não necessariamente comandá-las diretamente em cada local, em assembleias democráticas e morosas. Argumentou que as condições da moderna indústria exigiam autoridade e disciplina no processo de produção, argumento rejeitado pelos anarquistas, partidários de uma federação de comunas livres e autônomas.

A IS firmou-se rapidamente como uma organização reconhecida e consolidou sua força. O perfil político de suas divergências internas ficou definido em 1899, quando o líder socialista francês Alexandre Millerand ingressou no gabinete do governo liberal/radical encabeçado por Pierre Waldeck-Rousseau, dividindo o partido socialista francês entre defensores desse ingresso, encabeçados por Jean Jaurès, chamados de “ministerialistas”, e a “linha dura” encabeçada por Jules Guesde, contrária ao “millerandismo”. O debate dividiu o socialismo internacional, com alinhamentos nem sempre óbvios: Rosa Luxemburgo, dirigente da ala esquerda do SPD alemão, por exemplo, alinhou-se com os defensores do ingresso de Millerand, pois o convite para integrar o governo feito pelo governo era um desafio político que não podia ser ignorado. No mesmo período, na Inglaterra, surgiu o trabalhismo (*Labour Party*), baseado nos sindicatos, encorajado pela terceira lei de reforma do Parlamento (antecedida por uma manifestação de 45 mil pessoas no Hyde Park) que ampliou o colégio eleitoral em dois milhões de novos eleitores, sendo a grande maioria oriunda das classes mais desfavorecidas, mudando completamente o cenário político do país.

As polémicas a respeito da futura sociedade socialista e dos meios para atingi-la se ampliaram e aprofundaram na véspera da virada do século. A partir de 1896 ganhara corpo na Alemanha (e, logo depois, em toda a Internacional) a corrente liderada por Eduard Bernstein, denominada “revisionista”, pois propunha uma revisão dos pontos básicos do marxismo, definida depois como “a colonização do marxismo pela visão dos funcionários de Estado”: ela reintroduziu pontos de vista nacionalistas no socialismo internacional. A corrente tinha antecedentes anteriores à fundação da IS, nas ideias do corpo editorial do jornal socialista alemão publicado na Suíça (em virtude da vigência das “leis antissocialistas” na Alemanha) que afirmavam que “enaltecendo a violência da Comuna de Paris e exigindo um confronto com os capitalistas, os socialistas haviam atirado a classe média liberal nos braços de Bismarck e de sua política reacionária. Os editores defendiam a renúncia a uma revolução violenta, e preconizavam a reforma do capitalismo em vez da introdução do socialismo, a cooperação no lugar da luta de classes, e a conquista do apoio de toda a sociedade em vez do exclusivo apelo à classe trabalhadora. Esse programa guardava forte semelhança com o que mais tarde seria denominado ‘revisionismo’... Eduard Bernstein foi um dos membros do corpo editorial do jornal”.^[iv] Marx e Engels criticaram duramente essas posições, embora posteriormente Engels se reconciliasse com seus defensores e passasse a colaborar com o jornal.

A adaptação crescente da socialdemocracia, com base nas posições conquistadas no Estado, em especial no parlamento, já se alastrava havia pelo menos uma década, segundo constatava seu principal dirigente, August Bebel: “No final de dezembro de 1884, na época em que Bebel estava redigindo o Projeto de Lei de Proteção aos Trabalhadores, ficou tão deprimido com o modo como o parlamentarismo havia virado um refúgio para a corrupção [*Versumpfung*] que muitas vezes pensou em abandoná-lo por completo. Em meados de 1885, ele reclamou amargamente que a maioria dos membros da

Fraktion [social-democratas no parlamento] havia sido corrompida pelo parlamento. Ocupar assentos no Reichstag, disse com desprezo, satisfaz sua ambição e vaidade; com grande complacência, consideram-se entre os ‘eleitos da nação’ e sentem imenso prazer na comédia parlamentar; levam isso muito a sério. Isso causou nojo em Bebel. Em março de 1886, depois de ter participado ativamente dos trabalhos parlamentares nos dezoito meses anteriores, confessou seu desânimo e amargura a seu velho amigo Motteler: ‘Frequentemente odeio profundamente todo esse charlatanismo parlamentar; depois de cada discurso, sinto uma espécie de desânimo melancólico [*Katzenjammer*], porque devo dizer a mim mesmo que nesse estrado que é tão importante para as pessoas e que muitos levam a sério, nenhum destino será decidido’. Não há razão para duvidar da sinceridade do nojo declarado de Bebel em relação a ‘charlatanismo parlamentar’. Ele não tinha motivos para enganar seus amigos mais próximos” ^[v].

Tratava-se, no entanto, de um movimento empírico, carente de programa e teoria: o “revisionismo” preencheu essa função, embora estivesse muito longe de se limitar ao enaltecimento das virtudes da atividade socialista no parlamento. Seu fundador, Eduard Bernstein (1850-1932), o primeiro crítico da teoria marxista oriundo do próprio marxismo, era um dos principais teóricos e dirigentes da socialdemocracia alemã; Friedrich Engels o tinha designado um dos executores testamentários de sua obra escrita; foi Bernstein o editor da primeira publicação da correspondência Marx/Engels. Bernstein colocou em causa as principais teses marxistas: a doutrina do materialismo histórico, ao considerar que haveria outros fatores para além dos econômicos que determinariam os fenômenos sociais; atacou a dialética por não conseguir explicar as mudanças em organismos complexos, como as sociedades humanas; a teoria do valor-trabalho, ao considerar que aquele vem da utilidade “marginal” das mercadorias, teoria havia pouco criada e defendida pelos economistas neoclássicos. Pôs também em dúvida a inevitabilidade da concentração econômica capitalista e o empobrecimento crescente (absoluto ou relativo) do proletariado.

Em função do exposto, atacou a ideia da inevitabilidade histórica do socialismo por motivos econômico/sociais: o socialismo chegaria mais tarde ou mais cedo, sim, mas por motivos morais, por ser o sistema político mais justo e solidário. E atacou a ideia da existência tendencial de apenas duas classes sociais, uma exploradora e outra explorada, observando a existência de várias classes intermediárias interligadas e em crescimento, sendo todas as classes de uma sociedade possuidoras de um “interesse nacional” superior. Em alternativa às teses que criticava, Bernstein defendia a melhora gradual e constante das condições de vida dos trabalhadores (dar-lhes os meios para ascender até um nível de vida equivalente à classe média), objetava a necessidade de nacionalizações de empresas e recusava a violência revolucionária em qualquer uma de suas variantes ^[vi]. As conclusões políticas de Bernstein se apoiavam numa caracterização das mudanças na estrutura do capitalismo, assim como em desenvolvimentos teóricos no campo do socialismo, que tomavam como base a necessidade de dotar o marxismo da base “filosófica” da qual, supostamente, carecia (um procedimento do qual Bernstein não foi o único defensor).

Numa era de amplo desenvolvimento do positivismo, o “marxismo” carecia ainda de uma aura teórica abrangente (Engels, na fase final de sua vida, dedicou amplos esforços para preencher essa lacuna, sendo posteriormente criticado por supostamente “rebaixar” ou adulterar o conteúdo teórico do legado marxista na sua tentativa de vulgarizá-lo: o italiano Rodolfo Mondolfo publicou em 1912 um texto defendendo explicitamente essa tese). Buscando preencher a suposta “lacuna filosófica” de Marx, defendendo para isso uma “volta a Kant”, isto é, ao idealismo filosófico, em *Die Voraussetzungen des Sozialismus* (1899), Bernstein afirmou, sobre o método dialético: “Constitui o que há de traidor na doutrina marxista, a cilada que se coloca à frente de toda observação consequente das coisas”, o que não constituía o preenchimento de uma omissão, mas uma oposição sobre uma base vagamente positivista. Com base na “observação consequente das coisas”, Bernstein afirmava que o avanço do capitalismo não estava levando a um aprofundamento das diferenças entre as classes; o sistema capitalista não iria entrar nas crises sucessivas que o destruiriam e abririam caminho ao socialismo; a democracia política permitiria que os partidos operários conseguissem as reformas necessárias para assegurar o bem-estar dos trabalhadores, sem necessidade de uma “ditadura do proletariado”. A conquista de uma legislação social avançada para a época, e de um nível considerável de liberdades políticas, fizeram progredir essa corrente na socialdemocracia alemã, argumentando que os operários se haviam tornado, ou poderiam se tornar, cidadãos plenos. Através do voto eles conquistariam a maioria do parlamento, e através da legislação social reformariam e superariam, gradual e pacificamente, o capitalismo.

As opiniões de Bernstein, apresentadas em *Socialismo Teórico e Socialismo Prático* ^[vii] embora teoricamente embasadas,

não iam, porém, na sua evidência empírica, muito além da constatação da melhora da situação econômica da classe operária metropolitana e do caráter mais complexo da dominação política burguesa através de métodos democráticos, que tinham progredido na Europa ocidental e na América no último quartel do século XIX. Essas ideias eram fortes no interior do partido, sobretudo entre as lideranças sindicais. Rosa Luxemburgo constatou: “Se as diversas correntes do oportunismo prático são um fenômeno naturalíssimo, explicável pelas condições da nossa luta e pelo crescimento do nosso movimento, a teoria de Bernstein é, por outro lado, uma tentativa não menos natural para reunir essas correntes numa expressão teórica que lhe seja própria e entre em guerra com o socialismo científico”.^[viii] Rosa Luxemburgo, assim como Karl Kautsky e também August Bebel, empreendeu uma batalha de fôlego contra as teses revisionistas.

O alvo revisionista era claro: vejamos algumas opiniões centrais de Bernstein. Sobre liberalismo e socialismo: “Em relação ao liberalismo, como grande movimento histórico, o socialismo é seu legítimo herdeiro, não só por lhe suceder no tempo, mas também pelas qualidades de seu espírito, como o demonstra toda questão de princípios acerca da qual tenha que adotar uma atitude a socialdemocracia”. Sobre o evolucionismo histórico (progresso linear) contraposto à revolução social (progressão por saltos): “O feudalismo, com suas organizações e corporações inflexíveis, teve que ser destruído quase em toda parte mediante a violência. As organizações liberais da sociedade moderna se diferenciam daquelas do feudalismo precisamente por serem flexíveis e, portanto, capazes de mudança e desenvolvimento. Não precisam ser destruídas, mas somente serem desenvolvidas”. Acerca do nacionalismo alemão: “Da mesma maneira que não é desejável que nenhuma outra das grandes nações civilizadas perca sua independência, também não pode ser indiferente para a socialdemocracia alemã que Alemanha, que tomou e toma parte honrosa na obra de civilização do mundo, não seja aceita como igual no concílio das nações”. Da constatação da melhora da situação da classe operária passava-se para a justificação de sua base de sustentação. Desse modo, Bernstein não colocava apenas problemas novos, mas traduzia também um espírito de relativa satisfação com o desenvolvimento do capitalismo e do colonialismo europeus, sem nenhuma análise de suas contradições, apontando como “positivos” os novos métodos de organização e dominação do capitalismo nas metrópoles.

A resposta de Kautsky a Bernstein explorou suas fraquezas teóricas e empíricas, como sua crítica da análise marxista da concentração crescente do capital e da “teoria da miséria social crescente”. A questão tocava um ponto nodal da teoria e do programa político marxista. Anos depois, o principal crítico burguês (embora oriundo do socialismo) da corrente e do pensamento socialista, o sociólogo ítalo-alemão Robert Michels, atacou essa tese com erudição teórica ausente em Bernstein, sustentando que os marxistas pós-Marx tinham se limitado a repetir, sem fundamentos empíricos, uma tese na qual o próprio Marx tinha se limitado “acompanhar os passos de Fourier e de Sismondi [socialista utópico e economista neo-ricardiano, respectivamente, que precederam Karl Marx na análise das contradições capitalistas]... Os marxistas consideraram como uma de suas tarefas imprescindíveis parafrasear de modo variado as várias noções do mestre acerca da lei do empobrecimento [*immiseramento*]. Não é útil acompanhá-los no seu caminho demasiado fácil... Muitos dos adversários de Marx no campo do socialismo internacional não se furtaram à influência de sua doutrina; Bakunin, por exemplo (que) observou a crescente hipoteca e empobrecimento camponês, inevitável com a extensão da grande propriedade fundiária; pela qual o camponês estaria predestinado a virar socialista imediatamente após compreender a existência de uma lei econômica que o condenava a afundar-se no torrente do proletariado”,^[ix] o que, segundo Michels, (e Bernstein, antes dele) não acontecia.

Uma posição singular no “debate revisionista” foi adotada pelo mais popular dirigente socialista europeu, o francês Jean Jaurès. Este criticou Bernstein, inclusive no que diz respeito à necessária concentração econômica e industrial, mas apontou que a concentração em certos setores (o ferroviário, por exemplo) conduzia à desconcentração em outros (os transportes locais). O principal, porém, é que rejeitando a perspectiva bernsteiniana enquanto colusão do socialismo com o liberalismo, e defendendo a luta de classes independente do proletariado, Jaurès aproximou-se de Bernstein no que diz respeito à possibilidade de uma transição pacífica e gradual ao socialismo: “O socialismo era revolucionário? ... O principal erro de Bernstein era o de ocultar, por trás da questão da *atualidade* da revolução – sua iminência maior o menor – a questão de sua *necessidade* (mas) nessa situação, Jaurès lançou contra o marxismo um ataque tão vigoroso como sua defesa precedente... Era necessária uma ruptura extraordinária? Marx tinha mantido esse ponto de vista, mas seu método tinha partido de ‘hipóteses históricas defasadas ou hipóteses econômicas inexatas’, uma política e a outra econômica”.

Segundo Jaurès, a primeira se baseava na experiência das revoluções de 1789, revoluções burguesas seguidas por fracas revoluções proletárias, que teriam criado um “modelo violento” não mais válido em 1900, quando a classe operária já era

social e organizativamente forte como para levar adiante sua própria revolução, não mais como vagão da burguesia (que já não era revolucionária) mas por meios pacíficos (através do sufrágio universal, de cooperativas, sindicatos, etc.). A segunda hipótese inexata era, justamente, a “teoria da miséria crescente”, à qual se contrapunham as conquistas sociais, salariais e sindicais, que faziam recuar duradouramente essa miséria. Para Jaurès, Marx teria predito que a miséria crescente acabaria sempre se impondo sobre a resistência operária, que só poderia lhe impor limites temporários e precários, levando o proletariado necessariamente para a ação revolucionária, que para Jaurès poderia, ao contrário, ser pacífica e resultado da acumulação de conquistas e instrumentos sociais e políticos pelo operariado, o que o levava para conclusões políticas semelhantes às de Bernstein, embora partindo de premissas diversas.^[ix]

No contraponto ao revisionismo, na Alemanha prevaleceu a ortodoxia marxista. Na sua crítica a Bernstein, Karl Kautsky argumentou a realidade empírica da concentração econômica em torno do grande capital, dando menos lugar à sobrevivência (e até expansão) das “classes intermediárias”, como argumentava Bernstein (Leon Trotsky, na década de 1930, apontou, um pouco de passada, um erro de apreciação de Marx a esse respeito, num prefácio a uma edição de 90 anos do *Manifesto Comunista*). Rosa Luxemburgo explorou também, na sua crítica a Bernstein, certa pobreza intelectual, seu “espírito pequeno burguês e burocrático”, e deu expressão à indignação moral de muitos militantes socialdemocratas diante da autossuficiência intelectual bernsteiniana. Bernstein lançara seus golpes contra a “ortodoxia marxista” em uma série de artigos publicados na revista teórica do Partido, *Die Neue Zeit*, entre 1896 e 1897. Embora esses artigos causassem indignação na ala esquerda do Partido, não houve inicialmente nenhuma réplica séria; Karl Kautsky, que editava *Die Neue Zeit*, chegou a agradecer a Bernstein por sua contribuição ao debate: a ala direita do socialismo ficou encorajada e uma tendência revisionista de alcance internacional foi organizada em torno do jornal *Sozialistische Monatshefte* (lançado em janeiro de 1897).

Seria um erro, por outro lado, reduzir o “revisionismo” ou tendências assemelhadas a fenômenos metropolitanos. O Partido Socialista Argentino (PSA), por exemplo, defendia, através de sua corrente majoritária, a necessidade de um “capitalismo sadio” (baseado no modelo inglês) contra o “capitalismo espúrio”, vigente no país. No PSA, uma das reivindicações centrais era o livre-câmbio comercial, contra toda barreira protecionista, argumentando que tal política tornaria mais baratas as mercadorias, beneficiando os operários e modernizando a economia.^[x] Um fenômeno semelhante teve lugar na Rússia, com a corrente do “marxismo legal”: “Os líderes do movimento – Peter Struve, Mikhail Tugan-Baranovsky, Sergei Bulgakov, Nikolai Berdyaev e Semen Frank – estavam profundamente envolvidos na luta entre o populismo em declínio e o marxismo militante. Sua crença na ocidentalização os colocou no campo marxista, mas eles eram críticos demais para se submeter à rigidez do dogma marxista por muito tempo. As condições russas, no entanto, não ofereciam posição como a que o revisionista alemão Bernstein desfrutava, e, embora ele pudesse permanecer como social-democrata, os ‘marxistas legais’ evoluíram rapidamente em direção ao liberalismo ... [O movimento] desfrutou de um breve período de auge de sete ou oito anos na virada do século e depois se dissolveu no liberalismo, na economia acadêmica e na filosofia”.^[xi] O “reformismo periférico”, no entanto, não refletia, como nas metrópoles capitalistas, a progressiva acomodação de parcelas importantes da classe operária à ordem vigente, na qual tivessem obtido melhoras significativas (esses setores praticamente inexistiam), mas a desconformidade da intelectualidade “progressista” com o atraso e/ou as taras da “modernização capitalista” no mundo semicolonial (incluída, claro, uma miséria social que as metrópoles capitalistas pareciam estar deixando para trás).

As conclusões políticas de Bernstein eram consideradas mais preocupantes do que suas bases teóricas, embora alguns, como Plekhánov, também refutassem seu ecletismo filosófico “neokantiano” (o depois chamado “pai do marxismo russo” o fez na revista russa *Zariá*, em 1901),^[xii] e, sobretudo, Kautsky atacasse suas bases econômicas, em especial sua teoria acerca do crescimento das classes médias (argumentando a proletarianização das “profissões liberais”) e sua crítica à teoria da pauperização do proletariado, ou seja, a crítica da tese marxista acerca da concentração progressiva de riqueza e pobreza nos polos sociais fundamentais da sociedade burguesa. Kautsky buscou mostrar que a tendência à concentração e centralização do capital era real e confirmava o método de análise marxista, incluído o crescimento da pobreza relativa dos assalariados, se comparada sua renda com o enriquecimento dos capitalistas, ou seja, sua apropriação cada vez menor da massa de mais-valor criada na produção, ou a distribuição cada vez mais desigual da riqueza social produzida.

A tendência da produção capitalista favorecia a concentração nas mãos do grande capital de um percentual cada vez maior

da riqueza social: “As grandes fábricas, que em 1882 não forneciam mais da metade da produção nacional, produziram treze anos depois os dois terços, se não os três quartos, da mesma, uma rápida concentração de capital, uma evolução que marcha a passos de gigante em direção da produção socialista e coletivista... Enquanto o aumento total das empresas foi de 4,6%, as pequenas empresas só aumentaram 1,8% e as grandes 100%. O número absoluto das primeiras aumentou, mas seu número relativo diminuiu”.^[xvi] Kautsky também não acompanhou Bernstein no combate à ditadura do proletariado; na discussão do programa do SPD no começo do século XX, ele escreveu: “Quando Bernstein diz que devemos ter primeiramente a democracia para conduzir passo a passo o proletariado à vitória, eu digo que para nós a questão é inversa. A vitória da democracia está condicionada pela vitória do proletariado”. Kautsky defendeu também, contra Bernstein, a teoria marxista das crises e a marcha do capitalismo para o colapso, com óbvias implicações políticas.

Em 1899, em plena crise suscitada pelo “millerandismo” francês, o SPD alemão foi ainda o palco central da controvérsia suscitada pelo revisionismo. Bernstein apregoava que o desenvolvimento do capitalismo levava a democratização da sociedade (e à transformação dos operários em cidadãos *à part entière*) através do aumento do número de proprietários, graças à introdução das sociedades por ações. Em função disso, os revisionistas defenderam uma nova tática política, que privilegiava a luta parlamentar e sindical. A luta por melhores condições de trabalho e salários seria o instrumento privilegiado para conduzir a sociedade capitalista, através das reformas econômicas, para o socialismo. Na verdade, essas reformas já seriam a realização “molecular” da nova sociedade socialista: “O movimento é tudo e o fim nada significa”, escreveu Bernstein. As teses revisionistas foram condenadas nos congressos da socialdemocracia alemã de Hannover (1899), Lübeck (1901) e Dresden (1903). Seu principal crítico político foi August Bebel, principal dirigente do socialismo alemão: “O congresso – afirmou a resolução proposta por Bebel em 1903 – condena de maneira mais decidida o intento revisionista de alterar a nossa tática, posta à prova várias vezes e vitoriosa, baseada na luta de classes. Se adotarmos a política revisionista nos constituiríamos em um partido que se conformaria apenas com a reforma da sociedade burguesa. Condenamos qualquer tentativa de converter nosso partido em um satélite dos partidos burgueses”.^[xv]

O terreno revisionista fora previamente pavimentado por desenvolvimentos filosóficos revisionistas, mas estes foram postos num plano secundário em face dos desdobramentos políticos: “A reação desfechada por Kautsky, o teórico oficial do SPD, ao sentido das análises e propostas de Bernstein se deu muito mais em função do rebatimento político que poderiam ter na ação da socialdemocracia na Alemanha e mesmo em toda a Europa; (o) conjunto de escritos bernsteinianos foi resultado dos problemas que já se colocavam diante do pensamento marxista em relação ao avanço da sociedade capitalista e suas transformações. Entretanto, não se pode negar que a iniciativa de Bernstein aprofundou e acirrou os debates ... Na grande maioria dos pensadores da socialdemocracia mundial havia uma tendência a procurar os fundamentos epistemológicos e filosóficos para o marxismo no pensamento positivista das ciências naturais, primordialmente no materialismo francês; ou, em contrapartida, como reação a essa visão ‘naturalista-materialista’, em Kant”.^[xvi] O revisionismo bernsteiniano, por outro lado, não era a única variante “dissidente” na socialdemocracia internacional. Na proposta de Edgar Carone,^[xvii] existiam quatro modalidades políticas na Segunda Internacional:

1) O Partido Socialdemocrata Alemão servia de modelo para os Países Baixos, Finlândia, os países escandinavos, Áustria. Tinha um modelo organizador bastante dinâmico e se impunha pela disciplina e pelo progresso eleitoral; era capaz de aceitar no seu quadro a corrente reformista de Bernstein e a revolucionária de Rosa Luxemburgo, impondo disciplina unitária aos seus militantes; o partido emergira da ilegalidade com uns 100-150 mil membros e cresceu constantemente nos anos 1890 tanto em filiações quanto em votos. O rápido crescimento do partido também trouxe novos problemas na forma de crescentes pressões externas. Embora, em nível nacional, eles estivessem excluídos de toda participação no governo, em nível estadual, particularmente no Sul, o partido foi convidado a apoiar os governos liberais, uma tentativa de fazer o SPD assumir responsabilidades pelo funcionamento da sociedade capitalista e para incorporar o partido no regime depois do fracasso da repressão deflagrada por Bismarck. Em 1905, o SPD tinha 385 mil membros e 27% do eleitorado. A imprensa do partido tinha um público enorme, com 90 jornais e revistas, com uma circulação de 1,4 milhões de exemplares em 1913. O partido, sua imprensa e escolas tinham cerca de 3,5 mil militantes em tempo integral, aos quais devem ser adicionados mais de três mil funcionários sindicais;

2) O socialismo francês era composto de linhas diversificadas. Suas origens vinham das correntes revolucionárias jacobinas do século XIX, das correntes socialistas “utópicas” e de uma recente e superficial herança marxista, tendências conflitantes

entre si. Os revisionistas no socialismo francês estavam ligados à ideia de contínua progressão eleitoral e da ascensão “ministerialista”, como no caso Millerand. O anarco-sindicalismo, com Fernand Pelloutier e seu “sindicalismo de ação direta”, representava também uma importante força no país;^[xviii]

3) O socialismo inglês estava ligado a movimentos amplos e a uma tradição de luta operária; o marxismo era defendido por algumas de suas correntes, mas encontrava a oposição dos socialistas “fabianos”, e era minoritário no partido dos trabalhadores: ao lado da corrente sindicalista tradicional – *tradeunionista* –, surgira no país um movimento operário de caráter político – o Partido Trabalhista – que unia a ação reivindicatória tradicional, por salários e melhores condições de trabalho, com medidas nacionalizantes.

Finalmente, 4) Na Rússia, império continental onde era ainda diminuta a classe operária, e no qual a classe camponesa constituía a maioria da população, o operariado estava inicialmente ligado ao populismo, que defendia a ideia de que na Rússia o movimento revolucionário seria de origem camponesa e percorreria vias diversas e até opostas às vias ocidentais. Contra esse pensamento levantou-se o marxismo russo: Plekhánov, com o destaque que deu ao inevitável desenvolvimento capitalista e à nascente classe operária; e Lênin, que deu base empírica a esses conceitos (em sua obra de 1899 *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*)^[xix] e colocou a necessidade de um partido operário centralizado, forte e estruturado, nas condições de repressão e de ausência de liberdades democráticas do império dos czares. As origens políticas e ideológicas da Internacional Comunista se encontram, principalmente, nessa corrente e em suas polêmicas internas e externas.

Na Internacional Socialista, as políticas diferenciadas permitiam distinguir socialistas “conservadores” de revolucionários e de “centristas” (os situados entre o reformismo e a revolução). Faziam parte destes Kautsky e sua revista, *Die Neue Zeit*, e os “austromarxistas” vienenses, que mantinham o vocabulário e a ortodoxia marxistas e especulavam sobre o caráter inevitável da evolução histórica para prever a revolução proletária. Intelectualmente, os austromarxistas foram a corrente mais sofisticada da Segunda Internacional, abrindo o campo da pesquisa e reflexão marxista para novos terrenos, e mantiveram um confronto com a sofisticada cultura de Viena das primeiras décadas do século XX. No campo do direito, com as teorias jurídicas de Hans Kelsen, que teve discussões com os socialistas Otto Bauer e Victor Adler; no campo da economia com a *Wiener Schule* de Carl Menger, Böhm-Bawerk e Wieser. No campo lógico-científico, os austromarxistas estiveram em contato e confronto com Ludwig Wittgenstein e também com a *Wiener Kreis* de Carnap, Hahn, Neurath e Schlick, influenciada pelo pensamento de Ernst Mach; no campo da literatura com Hofmannsthal, Kraus, Musil, Roth, Zweig, Schnitzler, Bahr, Altenberg; no campo da música com Gustav Mahler, Arnold Schönberg e Richard Strauss; no campo da arquitetura com Hoffmann, Loos, Wagner; e, finalmente, no campo da psicanálise com seu fundador, Sigmund Freud, do qual o dirigente socialista austríaco Otto Bauer era amigo pessoal.

O austromarxismo se desenvolveu entre as décadas finais do Império Austro-Húngaro e os primeiros anos da Primeira República Austríaca. Seus principais teóricos foram Victor Adler, Gustav Eckstein, Karl Kautsky, Rudolf Hilferding, Otto Bauer, Karl Renner, Friedrich Adler e Max Adler, membros do Partido Socialdemocrata da Áustria. Embora marcado pela tentativa de conciliar o socialismo com o nacionalismo austríaco, foi um movimento heterogêneo, abrigando em suas fileiras tanto pensadores neokantianos quanto marxistas. Receberam ainda a influência de correntes positivistas desenvolvidas na Áustria, como as de Mach e Avenarius. Os austromarxistas reuniam-se no Círculo *Zukunft* (“futuro”), publicando a série *Marx-Studien* (desde 1904) e a revista *Der Kampf* desde 1907: “Seus representantes foram os primeiros a promover o marxismo como uma ciência social crítica, como uma disciplina de pesquisa social simultaneamente empírica e teórica, e a fazê-lo à altura das questões de sua época... em debate aberto com as principais correntes da filosofia e das ciências sociais de sua época”.^[xx] José Aricó ponderou que “unicamente na relação com as questões da alta cultura contemporânea o marxismo poderia dar respostas aos interrogantes colocados pela crise provocada por Bernstein. No centro da iniciativa dos *Marx-Studien*, assim como no projeto mais vasto de *Der Kampf* estava o propósito de encontrar uma saída ao debate artificial entre ortodoxia e revisionismo, e de estabelecer uma confrontação política não só com Bernstein, mas também com Kautsky”,^[xxi] se essa foi a tentativa, ela não se concretizou: a socialdemocracia austríaca não conseguiu elaborar uma alternativa política ao reformismo da socialdemocracia alemã, em que pese tentar situar-se à sua esquerda.

O austromarxismo não chegou a constituir uma tendência estrategicamente diferenciada dentro do socialismo

internacional: seu programa se baseava em princípios marxistas, mas, “em face dos desenvolvimentos sociais que não coincidiam com a perspectiva traçada por Marx, desenvolveu tendências revisionistas que tinham pouco em comum com o revisionismo alemão de Bernstein. Victor Adler, que não era dogmático nem teórico sistemático, considerava que a crítica dos princípios fundamentais do marxismo sobre os que o partido se baseava fosse prejudicial por ameaçar a unidade do partido. No entanto, no congresso de 1901 sustentou a necessidade de mudar algumas definições do programa [de Hainfeld, o programa fundacional do partido], e aboliu-se de fato a parte relativa à ‘miséria crescente de camadas cada vez mais amplas da população’, e acolheu-se a fórmula, condescendente com o anarquismo, segundo a qual, embora se lutasse pelo sufrágio universal direto, o parlamentarismo era definido como ‘uma forma moderna do domínio de classe’. O austromarxismo tendia a justificar em termos marxistas ou a descrever como conquistas indiretas do marxismo as revisões indispensáveis da teoria... Em geral, inclusive os teóricos ou políticos que, como Karl Renner, haviam deixado claramente atrás os princípios fundamentais do marxismo, preferiam descrever como marxistas seus desvios”.^[xxii] Este procedimento estava longe de ser só “austriaco”.

O dirigente socialista russo Leon Trotsky relatou o choque que lhe produzira o contato, durante seu exílio, com os principais dirigentes da socialdemocracia austríaca: “Eram pessoas extraordinariamente cultas, que sabiam bastante mais do que eu de muitas coisas”, escreveu nas suas memórias. Na primeira reunião em que participou com eles no Café Central de Viena, sua sensação foi de deslumbramento. Acompanhou a conversa com devoção. Mas, depois, o interesse foi superado pelo assombro. Percebeu que aqueles talentosos intelectuais não eram revolucionários: “Eles encarnavam o tipo de homem que é precisamente o oposto do revolucionário”. Os austromarxistas eram “narcisos que se contemplavam com orgulho”; vibravam com o esforço teórico produzido por eles mesmos. Conhecedores profundos das obras de Marx e Engels, exegetas de *O Capital*, os marxistas vienenses eram “completamente incapazes de aplicar o método de Marx aos grandes problemas políticos e, sobretudo, ao seu aspecto revolucionário”. Eles escreviam magníficos artigos, reveladores da sua erudição, mas não iam além da assimilação passiva do sistema: “Os austromarxistas não passavam em geral de uns bons senhores burgueses que se dedicavam a estudar esta ou aquela parcela da teoria marxista como podiam estudar a carreira do Direito, vivendo agradavelmente dos juro de *O Capital*”.

Nos anos que antecederam a guerra mundial, os marxistas austríacos começaram a inquietar-se quando a possibilidade de ruptura da velha ordem deixou de ser encarada como utopia. Que diferença, comentou Trotsky, entre “aqueles senhores, aristocratas do pensamento”, que gostavam de ser tratados pelos operários por “camarada *Herr Doktor*” e a simplicidade revolucionária de Marx e Engels, que “sentiam um sereno desprezo por tudo o que fosse brilho aparente, pelos títulos, pelas hierarquias”. Trotsky registrou que a socialdemocracia alemã diferia da austríaca, pois naquela fazia-se ainda sentir o peso positivo de personalidades como Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e mesmo August Bebel. Karl Kautsky, ao contrário, acomodara-se: “Tratava de vulgarizar o marxismo como um mestre-escola, impondo-se já como única missão conciliar o reformismo com a revolução. Não escondia sua aversão orgânica a tudo o que significasse transplantar métodos revolucionários para o solo alemão”.^[xxiii]

A Internacional Socialista era basicamente europeia, com as exceções do Japão, de três países americanos (EUA, Canadá, Argentina), e da participação de representantes de um enclave europeu na África do Sul.^[xxiv] Nos três países americanos presentes nos congressos da Internacional, e também em outros países latino-americanos (Brasil, México), a representação da Internacional se compunha basicamente de trabalhadores europeus imigrantes, ou de ativistas fugidos da repressão antissocialista na Europa. Isto refletia também a composição majoritariamente estrangeira da classe operária nesses países nas primeiras fases da sua industrialização. Na fase seguinte, os partidos socialistas deitaram lentamente raízes no operariado e na intelectualidade local. No Brasil, por exemplo, num ambiente urbano em constante transformação, surgiram ambientes comuns de trabalho entre trabalhadores escravos e livres, protestos coletivos, formas associativas compartilhadas na formação da classe trabalhadora a partir das lutas e organizações que surgiram em meados do século XIX e perduraram até as primeiras décadas do século XX.

No Congresso de Paris da Internacional (1900) foi criada a Organização Socialista Internacional, órgão permanente composto por dois delegados por país, com sede em Bruxelas, dispondo de um secretariado; a delegação belga – Vandervelde, Servy – funcionava como Comitê Executivo da Internacional. A nomeação de Camille Huysmans para o cargo de secretário, em 1905, garantiu a continuidade das atividades nos intervalos dos congressos; nas suas reuniões anuais participaram os principais dirigentes do socialismo na época: Jaurès, Vaillant, Guesde, pela França; Kautsky, Singer, Haase

(Alemanha); Plekhánov, Lênin, pelos socialdemocratas russos, Rubanovitch, pelos socialistas revolucionários (SRs, ou “esseristas”) da Rússia; Rosa Luxemburgo (Polônia); Branting (Suécia); Christian Rakovsky (Romênia e Bulgária); Keir-Hardie, Hyndman (Inglaterra); Sen Katayama (Japão); Victor Adler (Áustria); Knudsen, Stauning (Dinamarca); Turati, Morgari (Itália); Hillquit (EUA). A composição da Internacional era socialmente heterogênea, chegando a atrair “homens de consciência dolorida pertencentes às classes altas, como o americano Robert Hunter, casado com uma filha do banqueiro e filantropo Anson Phelps Stokes. Como outros da sua classe, Hunter ficara estarrecido com os artigos sobre a corrupção e se dispôs a procurar um remédio para a injustiça social”.^[xxvi] Mas estes eram exceções: a grande maioria da Internacional era composta por trabalhadores e intelectuais oriundos da pequena-burguesia.

A tendência de esquerda da Internacional era composta por grupos heterogêneos e politicamente dispersos, nos quais se destacavam os partidários de Rosa Luxemburgo na Alemanha, os de Lênin na Rússia, os “tribunistas” na Holanda, os “estreitos” (*tesnjaki*) na Bulgária, e outros. A tendência reformista, por sua vez, se desenvolveu principalmente nos grandes partidos; na Alemanha sob a forma teórica vista acima, na França e na Itália pelo “ministerialismo” (participação ou apoio crítico aos governos liberais), na Rússia através do “marxismo legal” e do “economicismo”. A variedade de posições estratégicas e ideológicas se evidenciava em todos os eventos e congressos, assim como nos organismos da Internacional Socialista, o Bureau Socialista Internacional e a Comissão Socialista Interparlamentar. Fora da Internacional Socialista, os anarquistas e anarco-sindicalistas possuíam força superior à da Internacional Socialista no movimento operário em diversos países, em especial os países latinos do Sul da Europa e em países sul-americanos, onde o anarquismo foi o impulsionador principal da organização sindical local. Na transição do século XIX para o século XX, a Internacional exercia uma forte autoridade política no movimento operário internacional, tendo por adversária principal a corrente anarquista ou a anarco-sindicalista.

Os dirigentes socialistas afirmavam que, no plano institucional, o socialismo ultrapassara o “estado declarativo”, o mero discurso. Escrevia Jean Jaurès, em 1902: “Quando o socialismo estava, sobretudo, preocupado em preparar as suas formas gerais, pôde ser útil fazer em qualquer congresso internacional uma revisão dos princípios. Porém, o socialismo já ultrapassou este período. É necessário que ele proceda, para cada problema, à sua análise exata e minuciosa, à crítica precisa das ideias, à procura conscienciosa de soluções”. Jaurès propunha um “exército novo” (*Armée Nouvelle*), uma “Nação armada”, em que os filhos dos trabalhadores pudessem chegar ao grau de oficiais, com seus estudos militares financiados por sindicatos e cooperativas.^[xxvii] Durante a *Belle Époque*, entre os estertores do século XIX e os anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial, o otimismo da classe operária num progresso que a levaria a um novo mundo traduziu-se no desenvolvimento de formas de organização e de atividade política, que seriam, para os trabalhadores, embriões de uma sociedade socialista. A autoconfiança da classe operária era visível nas suas manifestações de massa, entre as quais o 1º de Maio assumiu a primazia; nas suas associações e sindicatos; nos seus partidos políticos, chamados de socialistas nos países europeus de língua latina, de socialdemocratas na Alemanha, na Rússia e outros países, ou de “trabalhistas” nos países de língua inglesa.

Para a ala esquerda da Internacional era preciso superar o crescente burocratismo dos partidos operários (ou socialistas) e dos sindicatos. Novas experiências indicavam elementos de superação do velho sindicalismo, restrito à negociação do preço da força de trabalho, e do cooperativismo, limitado a um horizonte de concorrência dentro do mercado capitalista. Em 1904 surgiram, na Itália, as *comissioni interne* que transitaram, com o tempo, da negociação contratual para a busca da gestão direta da produção. Considerava-se também a participação da ação parlamentar do ponto de vista do desenvolvimento da consciência de classe, isto é, da possibilidade e da oportunidade de despertar a hostilidade das classes proletárias contra as classes dirigentes. Essa atitude se modificou sob a influência da prática. A adaptação da tática socialista à ação legislativa dos parlamentos e a importância crescente da luta pela introdução de reformas nos limites do capitalismo, a predominância do programa mínimo dos partidos socialistas, a transformação do programa máximo numa plataforma destinada às discussões sobre um “objetivo final” distanciado, configuraram a base sobre a qual se desenvolveram o oportunismo parlamentar e a corrupção.

No congresso da Internacional de Amsterdã, em 1904, o revisionismo bernsteiniano teve ainda centralidade nos debates: ele foi dessa vez condenado por um “tribunal internacional”. Mas Bernstein e os revisionistas permaneceram nos partidos socialistas e na Internacional, inclusive na sua direção. O congresso aprovou, por unanimidade, a proposta de que em todos os países deveria ser buscada a unidade dos partidos operários e socialistas em uma única organização “visto que existia

apenas um proletariado”, mas aconselhava que esta unidade deveria realizar-se “sob as bases dos princípios estabelecidos pelo congresso da Internacional e nos interesses do proletariado mundial”.

A burguesia metropolitana via com alarme os progressos da Internacional Socialista, e via-se obrigada a ensaiar novos agrupamentos políticos em virtude da ascensão dos partidos operários: na Alemanha, o SPD tinha 4 milhões de eleitores, 111 deputados, uma rede de sindicatos, cooperativas, escolas, assim como também as tinham o “trabalhismo” (*Labour Party*) na Inglaterra ou a SFIO (o partido socialista, *Section Française de l'Internationale Ouvrière*) na França. O socialismo começava a se desenvolver fora da Europa: na Rússia, com o avanço do marxismo nos meios intelectuais e o crescente papel dos socialistas nas greves operárias que se multiplicavam no país; nos EUA (com 6 % dos votos totais para o candidato socialista Eugene Debs nas eleições presidenciais de 1912), no Japão, com o progresso da socialdemocracia. Nos países “periféricos” reforçava-se a concentração agrária e o atraso rural, que se combinava em alguns deles com uma forte concentração industrial, dominada pelo capital estrangeiro, provocando um aguçamento cada vez maior das contradições de classe. Desde finais do século XIX, no entanto, militantes socialistas como Helphand-Parvus, ou Rosa Luxemburgo, denunciavam a existência de uma tendência oportunista organizada no socialismo internacional, no que Lênin ainda não lhes fazia eco explícito.^[xxvii]

O primeiro plano da política internacional tendia a ser ocupado pelas contradições inter-imperialistas, em especial entre as velhas potências (França e Inglaterra, Rússia, Holanda e Bélgica em menor medida) e as novas potências em expansão (Alemanha e EUA). Na França, a política externa da Terceira República levou à conclusão de uma aliança com a Rússia (1894), à uma *entente cordiale* com a velha inimiga Inglaterra (1904), além de uma expansão colonial reclamada pelas suas elites burguesas. A ordem mundial estava ameaçada o seu próprio centro: “O coração da Europa estava ocupado por um país que, em poucas décadas, tornou-se o mais industrializado, cuja velocidade de desenvolvimento industrial e comercial ultrapassa à dos países industriais mais antigos, que apareceu nos mercados mundiais no momento em que os territórios antes livres da dominação europeia já estavam todos ocupados, como colônias ou semicolônias dos Estados industriais mais antigos”.^[xxviii] Nessa situação, para a Alemanha só restavam duas possibilidades: a constituição de um bloco colonial fora da Europa, ou uma expansão territorial em direção da Turquia, ao longo da linha Berlim-Belgrado. Ambas possibilidades se chocavam com as posições internacionais britânicas e com seus interesses expansivos.

O sistema de Estados da Europa não retomara os objetivos do antigo “concerto europeu”, baseado na “Paz de Westfalia”, com suas bases no equilíbrio de poder baseado em normas e consensos, não na ameaça mútua; a partir da década de 1890, o consenso fora destruído. As alianças frouxas e ocasionais das grandes potências haviam cedido lugar a um sistema de alianças permanentes, mesmo em tempos de paz, que se transformaram em dois blocos de poder (Tríplice Aliança: Alemanha, Áustria-Hungria, Itália; Tríplice Entente: França, Rússia, Grã-Bretanha). Segundo alguns autores, a finalidade da política imperialista alemã foi a estabilização interna de um sistema ultrapassado, baseado na oposição das elites governantes ao processo “liberador” da sociedade industrial: o imperialismo alemão e o italiano (posterior), nessa interpretação, aparecem como um desvio das tensões políticas internas; a expansão colonialista seria irrelevante em si mesma: era significativa só como expressão ou vazão das tensões econômicas e políticas internas.

Seja como for, era fato que a política interna dos principais Estados da Europa e a política internacional se entrelaçavam como nunca antes. A política mundial guilhermina (de Guilherme II da Alemanha) teria sido uma “política interna”; e a marcha para a guerra mundial uma fuga para a frente, tentada pelas elites retardatárias (em relação à “modernização capitalista” do país), que se sentiram, interna e externamente, num beco sem saída. As elites alemãs teriam procurado evitar as consequências sociais e políticas do processo de modernização capitalista, mesmo às custas de uma guerra. E era também um fato que as potências europeias se preparavam econômica e politicamente para a guerra; os gastos militares tinham quase quadruplicado em três décadas e meia, um crescimento maior do que o da produção ou o do orçamento estatal.

GASTOS MILITARES DA ALEMANHA, ÁUSTRIA-HUNGRIA, GRÃ-BRETANHA, RÚSSIA, ITÁLIA E FRANÇA

Ano	Valor (milhões de libras)
1880	132
1890	158
1900	205
1910	288
1914	397

(Eric J. Hobsbawm. *A era dos impérios, 1875-1914*, 1988)

Gastos militares da Alemanha, Áustria-Hungria, Inglaterra, Rússia, Itália e França

O centro do mundo capitalista abrigava contradições econômicas e geopolíticas explosivas. Também se agravavam as rivalidades dos países europeus entre si, e com os EUA, devido à competição pelo mundo colonial, ou seja, pelas “reservas de mercado” para seus capitais sobreacumulados e pelo seu acesso exclusivo, contra as outras potências imperialistas, às fontes de matérias primas dos “países atrasados”. Os abalos na China, Rússia, Oriente Médio e Ásia Central, América Latina, definiam uma nova época: a periferia do mundo capitalista, a maior parte do planeta, entrava em convulsão com a penetração do capital em todas suas esferas econômicas, e com as revoltas sociais que ela provocava, que incluíam uma nova e jovem classe operária. Uma nova era histórica se perfilava: Karl Kautsky podia constatar que “quando Marx e Engels escreviam o *Manifesto Comunista*, o teatro da revolução proletária se limitava para eles à Europa ocidental. Hoje abarca o mundo inteiro”.^[ii] A revolução, ocupando o centro do palco político, ajudaria a demarcar mais claramente os campos em que começava a se dividir claramente o socialismo: reformistas (“revisionistas” ou não) e revolucionários. O teatro onde essa cisão se desenvolveu mais profundamente estava situado a cavalo entre a Europa e a Ásia, entre as metrópoles do capitalismo e o mundo colonial ou semicolonial, e era nada menos que o maior país do planeta, a Rússia, o Império multinacional dos czares.

***Osvaldo Coggiola** é professor titular do Departamento de História da USP. Autor, entre outros livros de *Caminhos da história* (Xamã).

Referências

[i] Karl Kautsky. *O Caminho do Poder*. São Paulo, Hucitec, 1979 [1907], p. 107.

[ii] Gary Steenson. *After Marx, Before Lenin*. Marxism and socialist working-class parties in Europe, 1884-1914. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1991.

[iii] Jonatan Sperber. *Karl Marx*. Uma vida do século XIX. Barueri, Amarelis, 2014, p. 485.

[iv] Karl Marx. Crítica do Programa de Gotha. *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1981.

[v] Jonathan Sperber. *Op. Cit.*, p. 507.

[vi] Vernon L. Lidtke. *The Outlawed Party: Social Democracy in Germany, 1878-1890*. Princeton, Princeton University Press, 1966, p. 234.

[vi] Obras principais de Bernstein: *Sozialismus und Demokratie in der Grossen Englischen Revolution*, 1895; *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie* (As premissas do socialismo e as tarefas da socialdemocracia), 1899; *Zur Theorie and Geschichte des Sozialismus*, 1901.

[vii] Eduard Bernstein. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

[viii] Rosa Luxemburgo. *Reforma ou Revolução Social*. São Paulo, Expressão Popular, 2003.

[ix] Robert Michels. *La Teoria di K. Marx sulla Miseria Crescente e le Sue Origini*. Turim, Fratelli Bocca, 1922, pp. 168-169.

[x] Bo Gustafsson. *Marxismo y Revisionismo*. La crítica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas. Barcelona, Grijalbo, 1975, pp. 356-359.

[xi] Cf. Osvaldo Coggiola. Socialismo e anarquismo na Argentina. *Estudos* nº 5, Centro de Estudos do Terceiro Mundo (FFLCH/USP), São Paulo, novembro de 1986.

[xii] Richard Kindersley. *The First Russian Revisionists*. A study of “Legal Marxism” in Russia. Oxford, Clarendon Press, 1962.

[xiii] Guiorgui V. Plekhanov. *Cant contra Kant*. Valencia, Alejandria Proletaria, 2017.

[xiv] *Bernstein und das Sozialdemokratische Programm: Eine Antikritik* (Karl Kautsky. *La Doctrina Socialista*. Réplica al libro de Bernstein “Socialismo Teórico y Socialismo Práctico”. Buenos Aires, Claridad, 1966, pp. 80-81).

[xv] Josph Rovin. *Histoire de la Social-Démocratie Allemande*. Paris, Seuil, 1977.

[xvi] Antonio Roberto Bertelli. *Marxismo e Transformações Capitalistas*. Do *Bernstein-Debatte* à República de Weimar, 1899-1933. São Paulo, IAP-IPSO, 2000, pp. 46 e 64.

[xvii] Edgar Carone. *A II Internacional*. São Paulo, Edusp-Anita Garibaldi, 1993.

[xviii] Cf. Jacques Juillard. *Fernand Pelloutier et les Origines du Syndicalisme d’Action Directe*. Paris, Seuil, 1971.

[xix] Vladimir I. Lenin. *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. Barcelona, Ariel, 1974.

[xx] Michael R. Kratke. Retour sur une tradition méconnue: austromarxisme et économie politique. *Actuel Marx* nº 60, Paris, 2016.

[xxi] José Aricó. *Nueve Lecciones sobre Economía y Política en el Marxismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 2011.

[xxii] Norbert Leser. *Teoria e Prassi dell’Austromarxismo*. Roma, Mondo Operaio, 1979, pp. 5-6

[xxiii] Leon Trotsky. *Ma Vie*. Paris, Gallimard, 1973.

[xxiv] Eugène Varga. *Les Partis Socialdémocrates*. Paris, Bureau d’Éditions, SPD.

[xxv] Barbara W. Tuchman. *La Torre del Orgullo 1890-1914*. Barcelona, Península, 2007, p. 416.

[xxvi] Rosa Luxemburgo criticou essa posição, defendendo o armamento do proletariado em substituição ao exército profissional, criticando também, qualificando-a de anacrônica, a distinção de Jaurès entre “guerras defensivas” (justas) e “guerras ofensivas” (injustas): *L’Armée Nouvelle* de Jean Jaurès (Juin 1911). In: Daniel Guérin. *Rosa Luxembourg et la Spontanéité Révolutionnaire*. Paris, Gallimard, 1971.

[xxvii] Parvus. Opportunism in practice. *International Socialist Review*, vol. 2, Nova York, novembro de 1901: “Agora não há mais dúvida de que temos instalado um oportunismo pleno na Alemanha. Houve um tempo, não muito tempo atrás – até os mais jovens do partido ainda se lembram – quando a socialdemocracia alemã era considerada imune ao oportunismo. Naquele momento, tudo o que era necessário para derrotar qualquer posição política no partido era apontar seu caráter oportunista. Pois considerava-se um axioma que o partido não deveria e não poderia ser oportunista”.

[xxviii] Fritz Sternberg. *El Imperialismo*. México, Siglo XXI, 1979.